

Sumário

Introdução	1
Capítulo I - 1 Aspectos Gerais do Controle de Constitucionalidade	7
1.1 Conceito / definição: constituição, inconstitucionalidade e controle de constitucionalidade	8
1.2 Origem do Controle de Constitucionalidade	12
1.2.1 Precedentes históricos	12
1.2.2 Contexto político da decisão de Marshall	14
1.2.3 A decisão	16
1.2.4 Críticas à decisão	20
1.3 Pressupostos do Controle de Constitucionalidade	22
1.3.1 Constituição escrita	23
1.3.2 Rigidez constitucional	23
1.3.3 Supremacia da Constituição	26
1.4 Natureza Jurídica do Controle de Constitucionalidade	27
1.5 Classificação	29
1.5.1 Quanto aos sujeitos	29
1.5.2 Quanto ao momento	30
1.5.3 Quanto ao modo	31
1.5.4 Quanto aos efeitos	33
1.6 Distinção dos modelos de Controle Jurisdicional	34
1.6.1 Quanto aos sujeitos	35
1.6.2 Quanto aos modos	36

1.6.3 Quanto aos efeitos.....	38
1.6.4 Vantagens e desvantagens de ambos os sistemas	39
1.7 O Valor do Ato Jurídico Inconstitucional.....	41
1.8 Das Sentenças Intermédias.....	44
Capítulo II - 2 Controle Difuso no Ordenamento	
Jurídico Brasileiro.....	49
2.1 Evolução Histórica.....	49
2.1.1 A Constituição Imperial de 1824	49
2.1.2 A Constituição Republicana de 1891.....	50
2.1.3 A Constituição Republicana de 1934	52
2.1.4 A Constituição Federal de 1937.....	54
2.1.5 A Constituição Federal de 1946	54
2.1.6 A Constituição Federal de 1967/1969	55
2.2 A Constituição Federal de 1988 – atual	
sistema constitucional.....	56
2.2.1 Da cláusula de Reserva de Plenário	57
2.2.2 Da Ação Civil Pública	61
2.2.3 Da Ação Popular	65
2.2.4 Do controle perante o STF.....	70
2.2.4.1 Da composição e natureza jurídica do STF	70
2.2.4.2 Do controle preventivo em ação originária – Mandado de Segurança.....	74
2.2.4.3 Do Mandado de Injunção	79
2.2.4.4 Do controle em sede recursal	87
2.2.4.4.1 Do Recurso Extraordinário	87
2.2.4.4.2 Da Resolução Editada pelo Senado Federal.....	89
2.2.4.4.3 Aplicação do art. 27 da Lei nº 9.868/99	93

2.2.4.4.4 Do Instituto da Repercussão Geral	96
2.2.4.4.5 Da Súmula Vinculante.....	101
2.2.4.4.6 Da Mutação Constitucional	105
2.2.5 Considerações finais.....	114
Capítulo III- 3 Controle Difuso no Direito Comparado	119
3.1 Controle Difuso no Ordenamento Jurídico Português..	119
3.2 Do Controle de Constitucionalidade em Grau Recursal	123
3.2.1 Do Tribunal Constitucional	123
3.2.2 Do Recurso Constitucional	126
3.2.2.1 Do Recurso Constitucional de decisões que reconhecem a inconstitucionalidade.....	129
3.2.2.2 Do Recurso Constitucional de decisões que não reconhecem a constitucionalidade.....	130
3.2.2.3 Do Recurso Constitucional de decisões que aplicam norma anteriormente tida por inválida pelo tribunal constitucional.....	131
3.2.3 Das possibilidades de apreciação pelo Plenário.....	132
3.2.4 Da possibilidade de outorga de Força Obrigatória Geral decorrente de processos julgados em controle difuso	135
3.3 Controle Difuso no Direito Norte-americano	137
3.3.1 Da Suprema Corte Americana	139
3.3.1.1 Da composição	139
3.3.1.2 Da competência.....	140
3.3.1.2.1 Da competência originária.....	141
3.3.1.2.2 Da competência recursal.....	141
3.3.1.2.3 Dos efeitos da decisão em sede de controle difuso	143

3.4 Controle Difuso no Direito Alemão	147
3.4.1 Do Tribunal Constitucional Federal	148
3.4.1.1 Da composição	148
3.4.1.2 Da competência.....	150
3.4.1.3 Do controle de constitucionalidade	151
3.4.2 Do Recurso Constitucional para tutela dos direitos fundamentais.....	153
3.4.3 Dos efeitos das decisões em controle concreto	155
Conclusão	157
Bibliografia.....	163